

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques “aéreos”, um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), **além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes**, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal fr Infraestrutura e Logística
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 28, I c/c art. 17, § 2º c/c art.78, IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, I, do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal.
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço, critério de julgamento maior percentual de desconto por item nos termos da Lei nº. 14.133/2021

1.6 A aquisição de veículos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE. ESTIMADA SMIL	QTDE. ESTIMADA OBRAS	QTDE. ESTIMADA EDUCAÇÃO	TOTAL
01	16993	ÓLEO DIESEL S10	LITRO	500.000	150.000	50.000	700.000
02	16950	GASOLINA COMUM	LITRO	300.000		30.000	330.000

1.7 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos da Orientação Normativa AGU nº 54/2014, para efeito de utilização da modalidade pregão.

1.8 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 1746/2022.

1.9 O prazo da vigência vigência da ATA é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

1.10 O prazo da contratação será de 1 (um) ano a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período não ultrapassando o período de 05 (cinco) anos, conforme art. 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria de Infraestrutura e Logística, através da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, realiza anualmente licitações diversas, inclusive aquisição de Combustíveis **com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo)**, com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques “aéreos”, um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), **além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes.**

2.2 Tal aquisição possui o fito de atender as necessidades do abastecimento da frota municipal e do funcionamento da usina de asfalto.

2.3 A estimativa de quantidade correspondente foi elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, Secretaria de Educação e Secretaria de Obras, conforme DFD.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 FORMA DA CONTRATAÇÃO

3.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

3.1.2 Disponibilizar técnicos para atendimento dos chamados em, no máximo, 12 (doze) horas após o contato, para solucionar problemas relativos ao Sistema Integrado de Controle Gestão de Abastecimento de Frotas e equipamentos existentes que por ventura venha a apresentar defeitos;

3.1.3 Por se tratar de abastecimento de veículos da área de saúde como, por exemplo, ambulâncias, em nenhuma hipótese poderá haver falta de abastecimento por problemas técnicos operacionais;

3.1.4 O objeto deve estar acompanhado do boletim de inspeção de cada combustível, emitida pela fabricante;

3.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

3.1.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 8 (oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.9 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato;

3.1.10 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

3.1.11 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

3.1.12 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

3.1.13 Responsabilizar-se, por qualquer adulteração do material à ser entregue, mesmo que ainda não se faça análise imediata do produto na hora da entrega;

3.1.14 Arcar com todos os gastos referentes a **transporte** de combustível, **instalação** da estrutura, incluindo extintores, e tudo que for inerente as normas vigentes relacionadas a segurança do trabalho do posto de abastecimento (bombas, tanques, etc).

3.1.15 Não poderá a CONTRATADA cobrar à Administração Pública Municipal por qualquer custo inerente à implementação do Sistema de Controle e Gestão de Abastecimento de Frotas e da Instalação do posto de combustível;

3.1.16 Os percentuais de descontos serão fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato.

3.2 DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO POSTO DE COMBUSTÍVEL

3.2.1 A EMPRESA deverá realizar a instalação de: 2 (dois) tanques aéreos de 15.000 (quinze mil) litros CADA, 2 (duas) bombas digitais com 2 (dois) bicos cada, 1 (um) filtro de linha, 1 (um) programa de gerenciamento de abastecimento da frota, com sistema de transmissão de dados online, para 4 (quatro) bicos e disponibilizar 380 (trezentos e oitenta) equipamentos eletrônicos para instalação em veículos, 1 (um) filtro de Diesel, 2 (duas) sondas de nível para os tanques para aferição em tempo real, via smartphone ou pc desktop do nível atual de combustível e controle de descarregamento da entrega. Estes equipamentos serão disponibilizados em REGIME DE COMODATO e os gastos com transporte e instalação ocorrerão as expensas da contratada. Deverão também ser instaladas bombas reservas do mesmo tipo/modelo, em conformidade com o item.

3.2.2 O prazo máximo para a finalização das instalações de equipamentos de que trata o item 13.1 não excederá o limite máximo de 30 (trinta) dias corridos;

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

3.2.3 Será redigido e assinado Termo de Comodato entre a CONTRATANTE e CONTRATADA.

3.2.4 A empresa deverá realizar a manutenção dos equipamentos supracitados, além de disponibilizar acesso ao site para cadastro e acompanhamento dos pedidos requisitados por este município.

3.2.5 A empresa deverá oferecer a possibilidade de ressuprimento automático, através das tecnologias vigentes, levando em consideração o nível atual de combustível do posto da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

3.2.6 Caso seja necessário a mudança do local atual do posto de combustível, situado a Rua Pacheco do Almo, s/nº, Prado, Nova Friburgo/RJ para novo endereço, nos limites do Município, a contratada deverá arcar com mudança e instalação de todos os equipamentos.

3.3 DO GERENCIAMENTO DE COTAS DE COMBUSTÍVEL E CONTROLE DE ABASTECIMENTO

3.3.1 A empresa deverá fornecer equipamentos tecnológicos para controle inteligente do abastecimento com funcionamento de 24 (vinte e quatro) hora, 7 (sete) dias por semana, que registre, sem a interferência humana, todos os dados dos veículos abastecidos, tais como: quilometragem, placa, quantidade, tipo de combustível abastecido, data e hora, eliminando extravios de combustíveis, possibilitando também alterações de cotas via online, abastecimento somente através do equipamento autorizado implantado no veículo e na bomba de combustível, com o objetivo de proibir veículos não autorizados ao abastecimento, emissão de relatórios gerenciais, operacionais analíticos, financeiros, de cadastro, e de consumo/km por litro.

3.3.2 Todos os veículos deverão ser equipados com dispositivo que transmita as informações na hora do abastecimento no posto. Os postos, por sua vez, deverão ter unidades controladas interligadas aos bicos das bombas para envio de dados em tempo real para o sistema online. Quando um veículo credenciado se posicionar para o abastecimento, deverá ser registrado todas as informações sobre o abastecimento (veículo, quilometragem, combustível, data, hora, litragem e valor), de forma digital sem intervenção humana, a liberação deve ser autônoma bloqueando veículos não permitidos e/ou não credenciados ao abastecimento.

3.3.3 O gerenciamento cotas deverá possuir mecanismos de segurança que permitam garantir a inviolabilidade e a integridade das informações que serão gerenciadas através de usuário e senha representado pela subsecretaria de manutenção de veículos leves e pesados, além de manter a redundância de comunicação via sinal de celular, como segunda opção de internet, para evitar o bloqueio de abastecimento e pane seca.

3.3.4 Caso o equipamento disponibilize a opção de impressão, a empresa deverá fornecer os insumos necessários para a geração dos relatórios.

3.3.5 A empresa deverá oferecer a possibilidade de integração de informações para uso em outras plataformas ou programas de gerenciamento.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

3.3.6 Possibilitar, eletronicamente através de controle master ou cartão magnético, em caso de força maior, abastecimento de veículos não credenciados, em caso emergencial.

3.3.7 Será redigido e assinado Termo de Comodato entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

3.4 DO GERENCIAMENTO DE COTAS DE COMBUSTÍVEL E CONTROLE DE ABASTECIMENTO VIA COMBOIO

3.4.1 Fornecer o sistema integrado com instalação nos veículos oficiais de abastecimento (comboio) para 2(dois) veículos, funcionando como “master”, para controle digital de abastecimento sem intervenção humana, gerenciado pelas cotas pré-definidas em bancos de dados, controlado pela administração da Subsecretaria De Manutenção De Veículos Leves E Pesados, com instalação de dispositivos para máquinas e tratores que encontram-se em território rural que bloqueie/libere no momento do abastecimento, além de fazer o upload dos dados atuais, incluindo data, hora, horímetro, chassi e modelo do veículo/equipamento abastecido.

3.4.2 Será redigido e assinado Termo de Comodato entre a CONTRATANTE E CONTRATADA.

3.5 DO REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA (CRQ)

3.5.1 É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes; na forma da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 122 de 09 de novembro de 1990, em seu artigo 1º.

3.5.2 A contratada deverá comprovar que possui em seus quadros, profissional detentor(es) de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, o(s) qual(is) seja(m) Responsável(is) Técnico(s) do(s) estabelecimento(s) licitante dotado(s) de instalações para recebimento, armazenamento e fornecimento de combustíveis, conforme definido por Órgão Federal competente, para efeito desta licitação denominado “base de distribuição”.

3.5.3 A comprovação de vínculo profissional com a licitante, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo, desde que o vínculo profissional seja homologado pelo CRQ competente.

3.5.4 Caso a Distribuidora vencedora do presente certame, não possua base própria, e opere através de base de propriedade de terceiro, a mesma deverá apresentar contrato de cessão do espaço de armazenamento e em instalação autorizada pela ANP na forma do Art. 9º, § 1º, inciso II da Resolução n. 950/2023.

3.5.5 Para fins de cumprimento da RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 122 de 09 de novembro de 1990, caso a distribuidora se enquadre no subitem 3.5.4, a mesma deverá apresentar, os documentos de

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

qualificação de que trata os subitens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3 em nome da empresa cedente com quem possui contrato vigente, na forma do Art. 9º, § 1º, inciso II da Resolução n. 950/2023.

3.6 SUSTENTABILIDADE E IMPACTO AMBIENTAL

3.6.1 O objeto de contratação pode causar impacto ambiental no local onde será instalado os tanques de combustíveis, em caso de vazamento, todavia, para minimizar tal impacto ambiental, existe ao redor do tanque a bacia de contenção que consegue segurar o combustível antes que o mesmo venha tocar ao solo.

3.6.2 O caminhão comboio detém todos os equipamentos de segurança e de prevenção de incêndio.

3.6.3 Os profissionais que trabalham no setor recebem orientações de como utilizar os equipamentos existentes no posto e no caminhão comboio, recebem Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, conforme orientação e distribuição do **Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT**.

3.7 DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:

3.7.1 É vedada a subcontratação do objeto.

3.8 GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO:

3.8.1 Não haverá exigência a garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, haja vista, o objeto da contratação não se enquadrar em nenhuma das modalidades das garantias.

4. DAS PROPOSTAS E DOS PREÇOS

4.1 Será realizada na presente contratação como unidade de medida padrão o **LITRO** de combustível.

4.2 As secretarias Municipais vinculadas ao Município de Nova Friburgo adotarão como critério de julgamento das propostas o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM** ofertado pelos licitantes, onde o preço unitário a ser considerado para lances **será o PREÇO MEDIO MENSAL AO CONSUMIDOR DO MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO**, apurado no sistema de levantamento de preços (SLP) da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para o município de Nova Friburgo, ou **quando este não for possível** utilizar-se-á o Município do Rio de Janeiro como parâmetro, **referente ao mês anterior a licitação**. Referência: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp

4.3 A proposta mais vantajosa, que apresentar o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, além de cumprir com as condições deste Termo de Referência/Edital, será considerada vencedora.

4.3.1 Não serão aceitas propostas cujo o percentual de desconto seja de 0% (zero por cento) sendo admitidas portanto propostas iguais ou superiores a 0,1%.

4.4 O licitante deverá considerar, de forma expressa, os percentuais de desconto que incidirão sobre cada item que compõem o objeto (gasolina comum, diesel s10).

4.5 Para fins de execução contratual, **os preços unitários sofrerão variações, conforme PREÇOS MÉDIOS MENSAIS AO CONSUMIDOR**, combustíveis (gasolina comum e óleo diesel s10), no

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

município de Nova Friburgo. O pedido (e a nota fiscal) será realizado estando em concordância com o preço DO MÊS anterior ao pedido, aplicando o percentual de desconto fixo vencedor do certame licitatório.

4.6 A empresa deverá obrigatoriamente alterar dinamicamente o preço final, incluindo o desconto ofertado, para agilidade na requisição do material via site.

4.7 Para base se calculo final por litro no dia da licitação, será utilizado a **referência do preço médio ao consumidor de Nova Friburgo, do mês que antecede o dia da licitação.**

Abaixo segue exemplo:

Vencedora cotou 5% de desconto.

Síntese dos Preços Praticados - Nova Friburgo

Resumo I - Gasolina Comum R\$/l

Período: maio de 2024

MÉDIA R\$ 5,77

DESVIO PADRÃO: R\$ 0,343

VALOR MÍNIMO: R\$ 5,19

VALOR MÁXIMO: R\$ 7,59

Data de Emissão: 18/05/2024

Referência: http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp

Cálculo médio aplicando o desconto.

$5,77 * 5 / 100 = 0,288$

Litro $5,77 - 0,288$

Litro= R\$ 5,482

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1 Optamos pela realização de Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços - SRP, com MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, visando a ampla concorrência e, preconizando os princípios da eficiência e da economicidade.

5.2 A aquisição de combustível para o abastecimento da frota e para funcionamento da Usina de asfalto é feita pelo Município de Nova Friburgo anualmente e é essencial para a continuidade nos trabalhos, atendimentos e desenvolvimento das secretarias municipais na atenção dos munícipes, conforme determina a CRFB/1988, Constituição Estadual e Lei Orgânica municipal.

5.3 Durante o período de vigência da ATA e dos contratos firmados entre o Município e a Empresa vencedora, todas as obrigações descritas no **ITEM 3**, deste TR será de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus ou custos adicionais para o CONTRATANTE.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 02 (dois) dias, contados do recebimento do pedido, posteriormente a assinatura do contrato.

6.2 Os fornecimentos dos combustíveis deverão ser realizados nos seguintes endereços:

Secretaria requisitante:	Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados
Endereço:	POSTO INTERNO DE COMBUSTÍVEIS DA PMNF Endereço: Rua Pacheco do Almo, S/N – Prado – Nova Friburgo – RJ. USINA DE ASFALTO Alto da Chácara do Paraíso, no KM 2,0 da RJ 150 (Estrada do Amparo) – Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 12h.

6.3 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.7 No ato do recebimento do combustível (gasolina comum ou diesel S-10), constatar quantidade inferior ao descrito na Nota Fiscal, o responsável pelo recebimento anotará a quantidade entregue na Nota fiscal e assinará a mesma junto com a motorista responsável pela entrega.

6.7.1 Caso a empresa não faça a entrega da quantidade que ficou faltando em 72 (setenta e duas) horas, esta quantidade será glosada da Nota Fiscal antes no pagamento.

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 A visita técnica é facultativa. A empresa interessada poderá fazer a visita técnica ao local para ter ciência das condições e a estrutura disponível para instalação dos tanques bombas;

7.2 A visita técnica representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração das propostas comerciais.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.2.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.2.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

8.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/ gestor substituto e fiscal/fiscal substituto;

8.11 O(os) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.12 O(os) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

8.13 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

8.14 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

8.14.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

8.14.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

8.14.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.14.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

9.2 DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

9.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

9.3 DO PAGAMENTO DA DESPESA:

9.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

9.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, I c/c art. 17, § 2º.

10.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

10.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.12.1 Habilitação Jurídica;

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantias do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

10.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

10.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

10.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

11. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

11.1 DA CONTRATADA:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Manter, durante a vigência do contrato ou Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- g) A estender aos contratos objeto da ATA, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- i) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- j) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- k) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

11.2 DA CONTRATANTE:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos projetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação de serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

12.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;

12.1.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

12.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

12.3.1 Advertência;

12.3.2 Multa;

12.3.3 Impedimento de licitar e contratar;

12.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

12.5 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

12.6 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.7 Moratória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

12.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

12.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

12.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

12.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

14.1.1 Elemento de Despesa:	33.90.30-22 – Despesas com combustíveis e Lubrificantes
	150000000000
	150010010000
14.1.2 Fonte de Recurso:	155000000000
	170400000017
	170500000020
14.1.3 Programa de Trabalho:	08.003.04.122.0011.2.035 Manutenção da Frota Municipal De Veículos Leves.
	08.003.04.122.0011.2.036 Manutenção da Frota Municipal De Veículos Pesados e Máquinas.
	10.001.15.452.0013.1.014 Pavimentação Asfáltica à Quente.
	22.002.12.361.0057.2.149 – Manutenção de Veículos da Frota da SME que atendem Unidades Escolares de Ensino Fundamental
	22.003.12.365.0067.2.168 – Manutenção de Veículos que atendem as Unidades da Educação Infantil-Pré-Escola
	22.004.12.365.0076.2.184 – Manutenção de Veículos que atendem as Unidades Escolares da Educação-Creche

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

15.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Anexo I

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Nova Friburgo/RJ, 15 de agosto de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO
<hr/> Márcio André de Freitas Silva Matr.: 115.190	<hr/> Alan F. Correa Matr.: 105.871

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gilcimar Cabral
Secretária Municipal de Infraestrutura e Logística
Matr.: 100.719

Bernardo Coelho Verly
Secretário Municipal de Obras
Mat. 62.009

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Mat. 990953